

**Editorial: Afrocientistas e promoção de igualdade racial****Editorial: Afroscientists and the promotion of racial equality****Editorial: Afrocientíficos y la promoción de la igualdad racial****Éditorial : Les afroscientifiques et la promotion de l'égalité raciale**

*Paulo Vinicius Baptista da Silva<sup>1</sup>*

*Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em  
Educação, Paraná, PR, Brasil.*

*Neli Gomes da Rocha<sup>2</sup>*

*Universidade Federal do Paraná, Programa de  
Pós-graduação em Educação, Paraná, PR, Brasil.*

Receba nossa edição da Revista ABPN do Caderno Temático “Afrocientista: Juventudes Negras e a Educação Científica pautada nas questões étnico-raciais” como fruto de muita perseverança e trabalho coletivo. Edição com ênfase dada ao Projeto Afrocientista, datado de 2018 sob realização da ABPN com a parceria do Instituto Unibanco (IU). Possui como público-alvo jovens negros e negras das escolas públicas brasileiras, que possuem acesso à meios virtuais das redes sociais.

No momento de preparação desta publicação estamos num período de retomada de políticas de promoção de igualdade racial pelo Governo Federal. O dia 21 de março, dia internacional contra a discriminação racial, uma cerimônia apresentou uma série de medidas de promoção de igualdade.

---

<sup>1</sup> Professor UFPR. Pesquisador CNPQ. Superintendente de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD) Universidade Federal do Paraná. <https://orcid.org/0000-0001-9207-2439>

<sup>2</sup> Mestre em Sociologia; Investigadora-visitante no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo/Moçambique/África (2017) e Investigadora-visitante no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra em Portugal/Europa (2017). Docente Conteudista Ead. Pesquisadora Estética Negra e Identidade. Contato: [neligomes30@gmail.com](mailto:neligomes30@gmail.com) <https://orcid.org/0000-0002-3008-0895>



O país passou por um governo que operou para destruir políticas públicas gestadas a partir de demenadas dos movimentos sociais negros e diversas delas com décadas de existência, como as levadas a termo pela Fundação Cultural Palmares. Com a nova gestão no Governo Federal, não somente a referida Fundação Cultural Palmares retomou seu papel original, como foram dados novos impulsos para a política. A política de igualdade racial foi alçada e um patamar mais elevado com a criação do Ministério da Igualdade Racial. Dois outros novos ministérios que foram criados têm papel vinculado com políticas de promoção de igualdade étnico-racial. O Ministério de Direitos Humanos, com a reponsabilidade de articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção dos Direitos Humanos no Brasil e que tem atuado de forma explícita com as propostas de promoção de igualdade racial e com o diálogo com demandas dos movimentos sociais negros. O Ministério dos Povos indígenas que tem como área de competência a política indigenista e o reconhecimento, garantindo a promoção dos direitos dos povos indígenas. Ainda, na estrutura do Ministério da Educação foi recriada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), com responsabilidades de atuação para a educação das relações étnico-raciais e da educação escolar quilombola.

Na nova gestão nacional, o pacote de igualdade racial anunciado pelo Governo Federal teve seis medidas que são muito significativas.

Foi instituído um Grupo de Trabalho Inerministerial (GTI) para elaboração de um Programa Nacional de Ações Afirmativas (Decreto Nº 11.442, de 21 de março 2023), com objetivo ampliado de propor políticas de equidade para pessoas negras (pretas e pardas) e, também, para indígenas, pessoas com deficiência e mulheres. Os objetivos do GTI são de propor medidas que envolvam os diversos ministérios, de forma transversal e com vistas a inerseccionalidade de raça, etnia, de gênero de de deficiências. Importante lembrar que o processo de adoção de ações afirmativas pelo Governo Federal resultou das propostas formuladas por um GTI nos anos 1990, que foi resposta do governo à Marcha Zumbi dos Palmares pela vida de contra todas as formas de discriminação. Naquele período se iniciaram as ações afirmativas ppor meio de definição pelo ministério da justiça de exigir representação de pessoas negras, indígenas e asiáticas na publicidade contradada pelo Governo Federal. Décadas depois um novo GTI, com amadurecimento muito maior das instituições e do debate público, assim como a maior presença de pessoas negras, mulheres, indígenas e pessoas com deficiência no GTI e no governo, as



perspectivas para construção de um programa nacional de ações afirmativas são auspiciosas.

Foram ainda criados outros três Grupos de Trabalho Interministeriais:

O Grupo de Trabalho Interministerial que tem objetivo de elaborar “Plano Juventude Negra Viva (Decreto Nº 11.444, de 21 de março de 2023), na direção de reduzir a violência letal e vulnerabilidades sociais da juventude negra. Prevê a realização de diagnóstico e proposição de medidas envolvendo áreas da segurança pública e acesso à justiça; geração de trabalho, emprego e renda; educação; acesso à cultura, ciência e tecnologia; promoção da saúde e garantia do direito à cidade e valorização dos territórios.

Foi instituído também o Grupo de Trabalho Interministerial do Cais do Valongo (Decreto 11.445 de 21 de março de 2023) com atribuições de propor políticas de conservação e articulação de ações na área portuária do Rio de Janeiro, como forma de salvaguardar e promover um importante sítio arqueológico que resguarda a memória essencial sobre a chegada de pessoas negras ao Brasil. Este trabalho com a memória do país é muito significativo para nossa história e preservação de patrimônio imaterial.

Com objetivo de desenvolver “Programa de Enfretamento do Racismo Religioso e Redução da Violência e Discriminação contra Povos e Comunidades Tradicionais e Povos de Terreiro no Brasil”, foi criado outro Grupo de Trabalho Interministerial (decreto 11.446 de 21 de março de 2023), que tem a missão de realizar diagnóstico, elaborar relatório, avaliar a atual legislação e propor ações de forma a mitigar as formas de violência que tornaram-se comuns no cotidiano brasileiro e buscar a garantia da necessária liberdade religiosa no país.

Outro decreto define percentual mínimo de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal (Decreto Nº 11.443, de 21 de março de 2023), definindo que cargos e funções comissionadas executivas devem ter pelo menos 30% de ocupação por pessoas negras, com prazo de alcance desta meta até 2025, ou seja, nos próximos anos a participação de pessoas negras na gestão federal será crescente.

Finalmente, foi criado o “Programa Aquilomba Brasil” (Decreto Nº 11.443, de 21 de março de 2023), com vistas a garantir direitos da população quilombola no país e com ações previstas nos eixos de acesso à terra e território; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; direitos e cidadania. O programa definiu



ações transversais de raça e gênero e uma série de 25 objetivos de políticas voltadas para a cidadania da população quilombola. Ato contínuo à assinatura do decreto e com caráter simbólico importante, ocorreu a titulação de três áreas quilombolas que aguardavam a 20 anos por esta normatização.

Este conjunto de atos do Governo Federal tem um escopo bastante amplo e uma perspectiva de desenvolvimento de ações coordenadas entre diversos ministérios, colocando, portanto, uma direção de busca de alternativas de promoção de igualdade racial em diferentes e necessários planos.

Inserida num contexto de luta contínua por igualdade e de abrir espaço na academia brasileira para maior participação das vozes negras, a Revista da ABPN acompanha o contexto das políticas nacionais e saúda as medidas. Com o devido afastamento crítico necessário para o acompanhamento da execução e dos resultados das políticas, que aguardamos sejam tema de análise e reflexão nos futuros escritos. Aguardamos, ainda, maior empenho nas áreas acadêmicas e nas políticas de promoção da ciência e tecnologia, que igualmente devem efetivar políticas de promoção da igualdade racial, visto que a academia brasileira se constituiu e se mantém fortemente com hegemonia branca, oferecendo escassos espaços de participação da intelectualidade negra na maior parte das áreas científicas e da gestão de ciência e tecnologia no Brasil.

Neste momento de início de execução de políticas governamentais nacionais trazemos a público uma série de artigos que abordam ações desenvolvidas no âmbito da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as que forma desenvolvidas no momento de recrudescimento de políticas, ou seja, como prática de resistência de nossa associação.

Com o objetivo de aproximar jovens negras e negros com atividades de pesquisa científica ou tecnológica desenvolvida pela rede de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e grupos correlatos, o projeto Afrocientista tem como público jovens negras e negros (oriundos de classes sociais vulnerabilizadas) com alto potencial de engajamento acadêmico e social. O projeto pedagógico do projeto está organizado em três pilares: a iniciação às práticas científicas; a instrumentalização sobre o fazer ciências e a formação para a cidadania e mobilização social. Os referidos NEABs que participam do projeto selecionam e trabalham com a participação das e dos jovens nas atividades de pesquisa, investindo em sua formação e letramento científicos e raciais. O intuito é despertar a



vocação científica e incentivar talentos entre estudantes negras e negros matriculados em escolas de ensino médio.

Durante os 20 anos da aprovação da Lei 10.639/2003 que determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana foram realizadas ações diversas em âmbito local, regional e nacional com vistas à sua implementação. O Projeto Afrocientista atua neste campo potencializando a participação de jovens negras e negros neste processo.

O Projeto Afrocientista tem perspectiva de inserir na educação básica a valorização da intelectualidade negra e o reconhecimento de jovens negras e negros como sujeitos sociais que atuam na produção de conhecimento. Propõe impacto nas subjetividades, por meio de práticas de ensino e reconhecimento da participação negra nos processos cognoscitivos. Busca também ultrapassar os limites dos estudantes partícipes, ampliando as ações nas escolas. Tem sua sustentação na perspectiva da pluralidade e interdisciplinaridade, visando agregar e produzir práticas pedagógicas substanciais aos grupos sociais envolvidos. Um dos pilares é a promoção de uma educação antirracista realizada conjuntamente com os estudantes do Ensino Médio em escolas da rede pública de ensino em interface com o espaço acadêmico.

No campo das perspectivas, a busca por intercâmbio de saberes e a produção de conhecimentos que ultrapassem os muros das escolas e das universidades. Para que isso ocorra, a valorização das experiências pessoais e a riqueza cultural posta nas diversidades de vozes e percepções pautados na proposta de acolher e cultivar vínculos deve ser prioridade.

Os caminhos metodológicos devem permitir superar as visões binárias e ampliar o prisma de observação para gerar maior autonomia no sentido de superação de práticas discriminatórias de cunho racial, em especial. O Projeto Afrocientista inova postura de produzir ciência de forma ampliada e diversa, promovendo o empoderamento visando o fortalecimento com a comunidade escolar. Em termos de resultados aqui apresentados demonstra que o público envolvido (os alunos e alunas) pouca compreensão da temática étnico-racial no espaço escolar ainda que inserido no conteúdo programático dada a implementação da Lei nº 10.639/2003. Ligada ao enfrentamento ao racismo e na salvaguarda da história produzida em contexto africano e adaptada aos trópicos.



Ações foram realizadas com a construção coletiva das microbiografias de homens e mulheres negras e o reconhecimento do potencial das comunidades negras urbanizadas e rurais na compreensão da importância dos saberes produzidos nos espaços de atuação cultural e social que são legados construídos do lado de cá do Oceano Atlântico.

Ao levar a termo uma série de atividades que propõe a vocação científica e letramento racial a jovens negras e negros o projeto alcançou resultados não somente nos estudantes que participam diretamente, mas também em outros setores das escolas, promovendo o debate crítico sobre a importância da juventude negra para romper os círculos de desigualdade e exercer protagonismo nos processos educacionais. Os resultados do projeto apontam ações como vetor de constituição de uma nova intelectualidade negra, com diversidade e multisetorialidade.

Nosso leitor/a, poderá encontrar nesta publicação a atuação de profissionais da educação e pesquisadores/pesquisadoras da área, além das juventudes negras, de modo a refletir e aproximar-se de formações e letramentos científicos e raciais que intencionam potencializar as juventudes negras. O mecanismo de inserção no universo escolar com a identidade de pesquisador atua para as jovens negra e jovens negros partícipes do projeto com a valorização de sua pertença identitária e do conhecimento de seus grupos culturais, valorizando os saberes tradicionais de culturas e grupos invisibilizados. Busca também potencializar os conhecimentos dos partícipes na direção de formação de lideranças.

O reconhecimento do conjunto de bens históricos e culturais cuja materialidade reside em saberes ancestrais da população negra brasileira é ponto de destaque nas ações de valorização do legado dos estudantes e seus grupos sociais de origem, destacando tais saberes na história a ser considerada nas escolas.

O Afrocientista vem conquistando espaço e reconhecimento fruto das diversas experiências no intuito de “aquilombar” a partir do encontro não apenas de corpos físicos, mas também de saberes ancorados nas experiências negras, na história cultural e nos saberes dos grupos sociais negros. Atua na produção de reflexão crítica e na difusão de conhecimentos das africanidades, das formas de pensamento e expressão negra nas sociedades contemporâneas.

Tem também uma proposta de contruir espaços participativos e de autonomia em suas ações, utilizando-se de metodologias ativas e promovendo as jovens e os jovens como sujeitos dos processos de construção coletiva de conhecimento. O diálogo



pedagógico que busca aproximar estudantes e escolas num empreendimento conjunto e coletivo, utilizando as experiências socioeducativas com ênfase na igualdade étnico-racial e centrada em perspectiva cultural africana e afro-brasileira, opera no sentido de promoção de concepções e práticas antirracistas.

As metodologias descritas nos artigos revelam práticas diversas de fortalecimento de atitudes individuais e coletivas de educação antirracista, com criação e sistematização de acervos para uso nas escolas, ampliação e produção de materiais voltados à educação das relações étnico-raciais, valorização das identidades negras, aproximação entre escola e comunidade, interesse e conscientização das comunidades escolares sobre a África e sua relação com a sociabilidade brasileira.

Saudamos as organizadoras, a equipe de pareceristas e às autoras e autores dos artigos que seguem por levar a termo tarefa de tamanha importância para a ABPN. Reforçando a importância do sentido de comunidade tão caro para as culturais ancestrais, segue aqui o resultado da atuação de intelectuais da comunidade acadêmica negra contemporânea em sua potência criativa e perspicácia.

Boa leitura!!